

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Curso de Ciências Contábeis

Lucas Teles de Alcântara

**IMPACTOS DO SIMPLES NA SOCIEDADE: Uma análise da arrecadação e dos
empregos gerados pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e pelos
Microempreendedores Individuais.**

Brasília
2014

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Góes Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e Atuariais

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Lucas Teles de Alcântara

IMPACTOS DO SIMPLES NA SOCIEDADE: Uma análise da arrecadação e dos empregos gerados pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e pelos Microempreendedores Individuais.

Monografia apresentada junto ao departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert.

**Brasília
2014**

ALCÂNTARA, Lucas Teles de. IMPACTOS DO SIMPLES NA SOCIEDADE: Uma análise da arrecadação e dos empregos gerados pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e pelos Microempreendedores Individuais. / Lucas Teles de Alcântara. Brasília/DF, 2014.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) –
Universidade de Brasília – UnB, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert.

Lucas Teles de Alcântara

IMPACTOS DO SIMPLES NA SOCIEDADE: Uma análise da arrecadação e dos empregos gerados pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e pelos Microempreendedores Individuais.

Monografia apresentada junto ao departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert

Orientador – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – UnB

Prof. Ms. Abimael de Jesus Barros Costa

Avaliador – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – UnB

Brasília, 01 de Julho de 2014

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus por tudo que tens feito na minha vida e por tudo aquilo que ainda fará.

À minha família, principalmente aos meus pais, pois se cheguei até aqui foi graças a eles. Agradeço a eles pelos conselhos, broncas e principalmente pelo amor dado a minha pessoa.

Ao meu orientador, Marcelo, que acreditou neste trabalho, e se consegui concluir foi graças a ele, tanto pelas orientações a cerca do trabalho, quanto pela parte motivacional para a entrega deste, me chamando pra terra quando estava voando.

Aos professores, pois os conhecimentos que adquiri durante a minha vida acadêmica foram essências para a realização deste trabalho. Conhecimentos estes que serão essências para minha vida profissional e pessoal.

E aos meus amigos, pelo apoio e ajuda na realização deste trabalho, pelas criticas, elogios e sugestões, tudo que vocês falaram foi importante para a construção deste trabalho.

RESUMO

A carga tributária representa um alto custo para as empresas e ela influencia significativamente na continuidade das empresas. Diante disto as empresas buscam junto ao governo uma redução dessa carga tributária, não só para reduzirem um custo, mas para continuarem vivas, visto que a elevada carga tributária brasileira é um dos principais motivos que fazem as empresas fecharem as portas. Em 1996 a carga tributária das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) foi reduzida por meio da criação do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), que é um regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições. Essa redução da carga tributária representa uma importante renúncia de receita ao Estado. Visto que o Simples representa uma grande renúncia de receita ao Estado, qual o retorno que as ME, EPP e Microempreendedores Individuais (MEI) dão a sociedade para serem merecedoras desse benefício? O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise da arrecadação do Simples e do Simples Nacional e uma análise dos empregos gerados pelas ME, EPP e MEI, para verificar os benefícios trazidos por elas à sociedade. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o Simples Nacional, uma pesquisa documental da arrecadação, nos anos de 2002 a 2013, e do número de empregos, nos anos de 2002 a 2012, gerados pelas ME, EPP e MEI e uma análise dos dados coletados por meio de estatística descritiva. Foi verificado que após a criação do Simples Nacional a arrecadação das ME, EPP e MEI cresceram significativamente, com um crescimento 3,35 vezes maior que o crescimento dos outros regimes, nos anos de 2007 a 2013, e que as ME, EPP e MEI possuem uma participação expressiva no número de empregos.

PALAVRAS- CHAVES: Simples Nacional, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Arrecadação, Emprego.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atividades que são vedadas ao ingresso no Simples Nacional.....	15
Quadro 2- Atividades que são exceção as vedações.....	15
Quadro 3- Acréscimos na alíquota do Simples, devido à participação dos estados e municípios no Simples.....	18
Quadro 4 - Alíquotas do Simples Nacional, referente aos setores de Comercio, Indústria e Locação de Bens Móveis e de Prestação de Serviços.....	18

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da arrecadação tributária pelo Simples, por outros regimes e total [R\$ bilhões 2013].....	24
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação do Simples na arrecadação total.....	25
Gráfico 2 – Taxa de crescimento acumulado a partir de 2002 da arrecadação tributária pelo Simples, por outros regimes e total.....	26
Gráfico 3- Número de MEI, ME e EPP e número de optantes pelo SIMPLES.....	27
Gráfico 4 – Número líquido de novas empresas e número líquido de novas ME e EPP optantes pelo Simples.....	28
Gráfico 5- Arrecadação média anual das empresas optantes pelo Simples.....	29
Gráfico 6- Número de MEI, ME e EPP optantes pelo Simples.....	30
Gráfico 7 – Número de empregos gerados pelas Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP e pelas Médias e Grandes Empresas- MGE.....	31
Gráfico 8 – Percentual de participação das ME e EPP e das MGE no número total de empregos.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DIPJ	Declaração do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
EPP	Empresas de Pequeno Porte
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
LC	Lei Complementar
ME	Microempresas
MEI	Microempreendedor Individual
MGE	Média e Grandes Empresas

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Simples Nacional.....	13
2.1.1 História e legislação do Simples Nacional.....	13
2.1.2 Enquadramento no Simples Nacional.....	14
2.1.3 Impostos recolhidos pelo Simples Nacional.....	16
2.1.4 Base de Cálculo e Alíquotas.....	17
2.2 Arrecadação.....	19
2.2.1 Princípio da Capacidade Contributiva.....	19
2.3 Pesquisas Sobre o Simples Nacional.....	20
3. METODOLOGIA.....	22
4 RESULTADO.....	24
4.1 Arrecadação.....	24
4.2 Emprego.....	31
5. CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

1.INTRODUÇÃO

A carga tributária elevada é um dos principais problemas enfrentados pelas empresas brasileiras. Ela é o motivo da falência de milhares de empresas no Brasil. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) conquistaram a partir de uma determinação constitucional um tratamento tributário diferenciado. E em cumprimento a esta exigência foi criado em 1996 o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), que visa uma simplificação das obrigações e uma redução da carga tributária das ME e EPP. Em 2006 este sistema foi reformulado e ganhou uma abrangência nacional, sendo denominado de Simples Nacional.

Segundo estudo realizado pelo SEBRAE (2004) a carga tributária foi um dos principais motivos da falência das ME e EPP. Por meio de perguntas estimuladas aos ex-empresários, foi constatado que a carga tributária elevada foi um dos principais motivos da falência das empresas, estando em 41,7 % das respostas dos ex-empresários. E ao questionar aos empresários ativos, por meio de perguntas estimuladas, quais as principais dificuldades encontradas para a condução da atividade, a principal resposta foi a alta carga tributária, que esteve em 68% das respostas.

Não é de hoje que as empresas buscam uma redução da carga tributária sobre as empresas brasileiras. As ME e EPP conseguiram essa redução em 1996 com a criação do Simples, e obtiveram mais benefícios com a reformulação do Simples em 2006. Este sistema representa uma renúncia enorme de receita para o estado. Segundo estudo realizado por Marciel (2010) o Simples foi a principal renúncia tributária da União, com um volume previsto para 2009 de R\$ 25,7 bilhões de reais. É visível o benefício oferecido pelo Simples as ME e EPP, mas qual o retorno que essas empresas dão a sociedade?

O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise da arrecadação do Simples e do Simples Nacional e uma análise dos empregos gerados pelas ME, EPP e MEI, para verificar os benefícios trazidos por elas à sociedade.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o Simples e Simples Nacional, uma pesquisa documental da arrecadação, nos anos de 2002 a 2013, e do número de empregos, nos anos de 2002 a 2012, gerados pelas ME, EPP e MEI e uma análise dos dados coletados por meio de estatística descritiva.

Na próxima seção, são apresentadas a história e a legislação do Simples Nacional, algumas características do Simples e do Simples Nacional e algumas pesquisas sobre o Simples Nacional. Na seção 3, são apresentados os métodos realizados na pesquisa. Na seção

4, são apresentados os resultados obtidos. E por fim, na seção 5, são apresentadas as conclusões deste trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Simples Nacional

O Simples Nacional é um regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas ME e EPP, que visa à simplificação das obrigações tributárias, previdenciárias, administrativas e creditícias.

A Receita Federal (2014) define o Simples Nacional como um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às ME e EPP.

Para Alexandrino e Paulo (2007) esse sistema de tributação não pode ser considerado como um imposto, nem qualquer espécie determinada de tributo, também não é exatamente uma isenção ou um conjunto de isenções, ele é um sistema de pagamentos unificados de vários tributos, que em regra é mais benéfico do que a tributação comum.

2.1.1 História e legislação do Simples Nacional

O Simples surgiu a partir das determinações dos artigos 170, inciso IX, e 179 da Constituição Federal (CF) de 1988. Em seu artigo 170, inciso IX, a constituição prevê um “tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País”. E em seu artigo 179 determina a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a darem às ME e EPP, definidas em lei, um tratamento jurídico diferenciado, visando uma simplificação das obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas.

Em atendimento a estas determinações da CF de 1988, foi editada a Lei Nº. 9.317 de 1996, criando o Simples e regulamentando um tratamento diferenciado às ME e EPP, relativo a uma simplificação do recolhimento de impostos e contribuições destas empresas.

A Lei Nº. 9.841 de 1998 foi criada para complementar a Lei Nº. 9.317 de 1996, visando “facilitar a constituição e o funcionamento da microempresa e da empresa de pequeno porte, de modo a assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.” (Lei Nº.9.841/98, art.1º, parágrafo único)

Em 2006, com edição da Lei Complementar (LC) Nº. 123 de 2006, que revogou a Lei Nº. 9317/96 e a Lei Nº. 9841/98, o Simples tornou-se nacional, pois era facultativa aos estados e municípios a inclusão do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS) e do

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) ao recolhimento unificado. A LC Nº. 123/06, além de obrigar a participação dos estados e municípios ao sistema unificado de arrecadação de tributos e mudar o nome do sistema para Simples Nacional, trouxe em seu artigo 1º, nos incisos I, II e III, alguns favorecimentos as ME e EPP.

.I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

2.1.2 Enquadramento no Simples Nacional

A LC Nº. 123/06 considera como ME e EPP as empresas devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que tenham um faturamento igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, em cada ano calendário. Qualifica-se como ME as empresas cujo faturamento anual é de até R\$ 360.000,00 e como EPP as empresas com faturamento superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00.

A LC Nº. 128/08 faz algumas alterações a LC Nº. 123/06. Entre as alterações está à criação do Microempreendedor Individual (MEI), que poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais. Qualifica-se como MEI o empresário individual que aufera receita bruta de até R\$ 60.000,00 no ano calendário.

O faturamento não é o único fator determinante para o ingresso das ME e EPP ao Simples Nacional. A LC Nº 123/06, em seu artigo 17, apresenta algumas atividades e situações em que as ME e EPP não poderão participar do Simples Nacional, o Quadro 1 apresenta as atividades que não podem ingressar no Simples Nacional.

Quadro 1 – Atividades que são vedadas ao ingresso no Simples Nacional

Instituições Financeiras
Serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros
Geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica
Importadora ou fabricante automóveis e motocicletas
Importadora de combustíveis
Fabricante ou vendedora no atacado de cigarros, cigarrilhas, charutos, filtros para cigarros, armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos, detonantes e bebidas
Serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual
Locadora de mão-de-obra
Consultoria
Loteamento e incorporação de imóveis
Locadora de imóveis próprios

Fonte: Elaboração própria com base na LC Nº 123/06.

Além das atividades não podem ingressar no Simples Nacional as empresas que tenha sócio domiciliado no exterior, que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa, com ausência de inscrição ou com irregularidade em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual, quando exigível e cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal. (Lei Complementar Nº 123/06)

A LC Nº. 128/08 alterou o artigo 18 da LC Nº. 123/06, trazendo algumas exceções as vedação do artigo 17 da LC Nº. 123/06. O Quadro 2 apresenta as atividades que são exceção as vedações.

Quadro 2- Atividades que são exceção as vedações

Locação de bens móveis
Creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos de pilotagem, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres
Agência terceirizada de correios
Agência de viagem e turismo
Centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga
Agência lotérica
Serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral
Transporte municipal de passageiros
Escritórios de serviços contábeis
Produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais
Construção de imóveis e obras de engenharia em geral
Serviço de vigilância, limpeza ou conservação
Cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros
Academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais
Academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes
Elaboração de programas de computadores
Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação
Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas
Empresas montadoras de estandes para feiras
Laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica
Serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos ótico.
Serviços de prótese

Fonte: Elaboração própria com base na LC Nº 123/06.

2.1.3 Impostos recolhidos pelo Simples Nacional

A Lei Nº. 9317 de 1996, primeira legislação que regulou o Simples, em seu artigo 3º, parágrafo 1º, instituiu o recolhimento unificado do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica. Em seu artigo 4º deixa facultativo aos estados e municípios a inclusão do ICMS e do ISS ao recolhimento unificado do Simples, que deverá ser feita mediante convênio.

A LC Nº 123/06, nova e atual legislação do Simples Nacional, permaneceu instituindo o recolhimento unificado dos mesmos impostos e contribuições instituídos pela Lei Nº 9317/96, mas retirou a facultatividade dos estados e municípios à adesão do ISS e ICMS ao recolhimento unificado, deixando esses impostos no rol de impostos e contribuições que são recolhidos unificadamente pelo Simples Nacional.

Apesar do Simples Nacional ser um recolhimento unificado de impostos e contribuições, ele não abrange todos os impostos e contribuições. Segundo o artigo 13, parágrafo 1º da LC Nº. 123/06 não faz parte do recolhimento unificado o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários, Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros, Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira, Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Contribuição para manutenção da Seguridade Social, relativa ao trabalhador, Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual e demais tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios não relacionado na LC Nº. 123/06.

Dentre os impostos e contribuições abrangidos pelo simples nacional, a LC Nº. 123/06 estabelece algumas situações onde Imposto de Renda, PIS/PASEP, COFINS, IPI, ISS e ICMS não farão parte do recolhimento unificado.

O Imposto de Renda não será recolhido pelo simples nacional quando relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente, relativo aos

pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas. (Lei Complementar Nº 123/06)

O PIS/PASEP, COFINS e IPI não serão recolhidos unificadamente quando forem incidentes na importação de bens e serviços. O ISS não será recolhido unificadamente quando os serviços forem sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte e na importação de serviços. (Lei Complementar Nº 123/06)

E o ICMS não será recolhido unificadamente quando as operações ou prestações forem sujeitas ao regime de substituição tributária, por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, por força da legislação estadual ou distrital vigente, na entrada, no território do Estado ou do Distrito Federal, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, bem como energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou industrialização, por ocasião do desembaraço aduaneiro, na aquisição ou manutenção em estoque de mercadoria desacobertada de documento fiscal, na operação ou prestação desacobertada de documento fiscal, nas operações com bens ou mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal e nas aquisições em outros Estados e no Distrito Federal de bens ou mercadorias, não sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual. (Lei Complementar Nº 123/06)

2.1.4 Base de Cálculo e Alíquotas

A base de cálculo do Simples e do Simples Nacional é a receita bruta mensal auferida pelas ME e EPP.

A Lei Nº. 9717/96 define as alíquotas de acordo com o faturamento da empresa. As alíquotas das ME variam de 3% a 5,4% e as alíquotas das EPP variam de 5,4% a 12,6%. Caso a empresa seja contribuinte do IPI é acrescido meio ponto percentual a alíquota. Como é facultativo aos estados e municípios a adesão do ICMS e ISS ao Simples, caso estes adiram ao Simples, será acrescido a alíquota do Simples os percentuais definidos nos parágrafos 3º e 4º, do artigo 5º da Lei Nº. 9717/96, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3- Acréscimos na alíquota do Simples, devido à participação dos estados e municípios no Simples.

Tipo de empresa	Imposto	Contribuição	Acréscimo na alíquota
Microempresas	ICMS	Exclusivamente do ICMS	Até 1%
		Do ICMS e do ISS	Até 0,5%
	ISS	Exclusivamente do ISS	Até 1%
		Do ISS e do ICMS	Até 0,5%
Empresa de Pequeno Porte	ICMS	Exclusivamente do ICMS	Até 2,5%
		Do ICMS e do ISS	Até 2%
	ISS	Exclusivamente do ISS	Até 2,5%
		Do ISS e do ICMS	Até 0,5%

Fonte: Elaboração própria com base na Lei Nº. 9717/96.

A LC Nº. 123/06 reproduziu a progressividade de alíquota, progressividade de acordo com o faturamento da empresa. Como não há mais a facultatividade dos estados e municípios a adesão do ISS e ICMS ao Simples, não há mais os acréscimos decorrentes desses a alíquota do Simples. Além do faturamento, a atividade é outro fator que determina a alíquota, cada setor possui uma alíquota própria. Assim duas empresas com faturamento igual, mas de setores diferentes, terão alíquotas diferentes, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 4 - Alíquotas do Simples Nacional, referente aos setores de Comercio, Indústria e Locação de Bens Móveis e de Prestação de Serviços.

Setor	Microempresa		Empresa de pequeno porte	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Comercio	4,00%	5,47%	6,84%	11,61%
Indústria	4,50%	5,97%	7,34%	12,11%
Locação de Bens Móveis e de Prestação de Serviços	6,00%	8,21%	10,26%	17,42%

Fonte: Elaboração própria com base na Lei Complementar 123/2006

Diferentemente das ME e EPP os MEI recolherão um valor fixo mensal correspondente a R\$ 45,65, referente as contribuições da União, acrescido R\$ 1,00 para as empresas Comercias ou R\$ 5,00 para as empresas prestadoras de serviços e caso a empresa pratique o comercio e preste serviço é acrescido os dois valores, R\$ 1,00 e R\$ 5,00. (Lei Complementar Nº 123/06)

2.2 Arrecadação

As receitas tributárias e de contribuição são uma das principais fontes de receita do Estado. As receitas tributárias são uma fonte de receita orçamentária, decorrente da cobrança de impostos, taxas e contribuições de melhoria. As receitas de contribuições são uma fonte de receita corrente, decorrente da arrecadação das contribuições sociais e econômicas, que visam, geralmente, a manutenção dos programas e serviços sociais, sindicais, previdenciários e outros de interesse coletivo. (KOHAMA, 2009).

2.2.1 Princípio da Capacidade Contributiva

A CF de 1946 determinava em seu artigo 202, que sempre que possíveis os tributos serão graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte. A CF de 1967 não reproduziu essa determinação. A CF de 1988 em seu artigo 145, parágrafo primeiro, reproduziu essa determinação.

§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte. (Constituição Federal de 1988, artigo 145, § 1º)

A troca do termo tributo, exposto na CF 1946, para o termo impostos, exposto na CF 1988, causou uma inquietação no meio jurídico. Para Machado (2009), o princípio da capacidade contributiva diz respeito aos tributos em geral e não somente aos impostos, embora apenas estes estejam positivamente expressos na Constituição.

O princípio da capacidade contributiva impacta diretamente na arrecadação, já que a redução da carga tributária de um contribuinte com menor capacidade econômica gerará uma redução da arrecadação deste contribuinte.

O Simples Nacional qualifica-se neste princípio, pois as ME e EPP possuem uma capacidade econômica inferior as médias e grandes empresas, assim devendo contribuir com menos. E as alíquotas do Simples Nacional vão subindo de acordo com faturamento da empresa.

2.3 Pesquisas Sobre o Simples Nacional

Nos últimos anos foram publicadas algumas pesquisas referentes ao Simples Nacional sobre o limite de enquadramento, obrigações fiscais acessórias, custo tributário do Simples Nacional em relação ao Lucro Presumido, não desoneração de algumas empresas prestadoras de serviço e onerosidade das empresas optantes no reembolso salário-família e do salário-maternidade.

Para Dutra (2013) o faturamento limite para o enquadramento no Simples Nacional desestimula o crescimento das empresas que estão próximas a este limite. Por meio de algumas simulações ela concluiu que é possível prever uma redução do lucro das empresas, em decorrência da transição do Simples Nacional para os regimes do Lucro Real ou Presumido. E que além de uma redução no lucro as empresas ainda terão algumas obrigações administrativas, que não possuíam no Simples Nacional. Assim é mais vantajoso para a empresa parar de crescer.

Para Aguiar (2013) O Simples Nacional é vantajoso ao empresário, no que tange o cumprimento das obrigações fiscais acessórias exigidas pelos organismos reguladores. Por meio de pesquisa bibliográfica concluiu que os empresários optantes pelo Simples Nacional tem 49% menos obrigações fiscais acessórias que os empresários regidos por outros regimes tributários. Enquanto um empresário regido por outros regimes tributários tem que elaborar anualmente 98 declarações/livros fiscais, os empresários optantes pelo Simples Nacional necessitam de 50 declarações/livros fiscais.

Para Gabriel (2011) é mais vantajoso para uma empresa no ramo da comunicação digital optar pelo Simples Nacional do que optar pelo Lucro Presumido. Por meio de pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa documental de dados da empresa ABC, concluiu que a opção pelo Lucro Presumido foi mais onerosa para a empresa ABC, que pagou 66,36% a mais de tributos do que se tivesse optado pelo Simples Nacional e destaca a importância de um planejamento tributário.

Para Bravo (2013) o Simples Nacional não desonera uma boa parte das atividades de prestação de serviços, descumprindo o objetivo constitucional de favorecimento às ME e EPP. Por meio de inferência estatística, calculou-se a probabilidade de ocorrência de não desoneração de cada uma das 328 subclasses da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) 2.0 enquadráveis no Simples Nacional. Concluindo que das 328 subclasses da CNAE 2.0 passíveis de enquadramento nos Anexos III, IV e V do Simples Nacional, em 70 delas, que representam 20,1% do total, há o risco de ocorrência de não

desoneração do Simples Nacional. Assim, deve haver uma adequação do regime previsto na LC Nº 123/2006, para refletir o desiderato constitucional de favorecimento às ME e EPP.

Para Rettig (2012) o reembolso das cotas de salário-família e do salário-maternidade onera desnecessariamente parte significativa das ME e EPP optantes pelo Simples Nacional. Por meio de pesquisa bibliográfica e simulação de caso verificou que a sistemática vigente impõe obrigações acessórias adicionais às empresas optantes pelo Simples Nacional, em comparação com o tratamento conferido às demais empresas, e que o processamento do reembolso às empresas optantes é bastante oneroso.

3. METODOLOGIA

O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise da arrecadação do Simples e do Simples Nacional e uma análise dos empregos gerados pelas ME, EPP e MEI, para verificar os benefícios trazidos por elas à sociedade.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o Simples e Simples Nacional, uma pesquisa documental da arrecadação, nos anos de 2002 a 2013, e do número de empregos, nos anos de 2002 a 2012, gerados pelas ME, EPP e MEI e uma análise dos dados coletados por meio de estatística descritiva.

Para Gil (2008) a pesquisa documental se assemelha muito com a pesquisa bibliográfica, elas só se diferenciam quanto à natureza da fonte. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza da contribuição de diversos autores sobre determinado assunto a pesquisa documental trabalha com documentos que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa. A pesquisa documental consiste na exploração das fontes documentais. Os documentos são classificados em documentos de primeira e segunda mão. Os documentos de primeira mão não recebem qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, cartas, contratos, filmes etc. Já os documentos de segunda mão já foram analisados de alguma forma, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Os dados referentes à arrecadação foram extraídos do demonstrativo Análises da Arrecadação das Receitas Federais dos anos de 2002 a 2013. Este demonstrativo é mensal, mas foram utilizados os demonstrativos referentes aos meses de dezembro de cada ano, por constar a arrecadação acumulada de cada ano. Após a coleta dos dados da arrecadação estes foram deflacionados a preços de 2013. Para o cálculo da deflação foi utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP – DI), obtido do IPEADATA, utilizando o ano de 2013 como ano base.

A arrecadação foi separada em arrecadação do Simples, arrecadação de outros regimes tributários e arrecadação total. A arrecadação do Simples é composta exclusivamente da arrecadação do Simples e Simples Nacional. A arrecadação de Outros regimes tributários é composta da arrecadação do regime de tributação Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e de outras formas de arrecadação referente às pessoas físicas e jurídicas, sendo o resultado do valor da arrecadação total menos a arrecadação do Simples. Este foi o meio utilizado para se fazer uma comparação da evolução da arrecadação do simples, já que não é

possível separar a arrecadação pelos regimes tributários e compará-los separadamente com o Simples Nacional.

Os dados referentes ao número de empresas optantes pelo Simples, referente aos anos de 2002 a 2005, foram extraídos do demonstrativo Consolidação da Declaração do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas dos anos de (DIPJ) dos anos de 2003 a 2006, já que o DIPJ refere-se ao ano calendário anterior ao ano do DIPJ, e o número de empresas optantes pelo Simples Nacional, referentes aos anos de 2007 a 2012, foram extraídos da base de dados estatísticos do site do Simples Nacional. Dos dados extraídos da base de dados estatísticos do site do Simples Nacional foi considerado o número de empresas optantes pelo Simples Nacional no dia 31 de dezembro de cada ano. Não foi possível verificar o número de empresas optantes pelo Simples no ano de 2006, pois o último DIPJ disponibilizado no site da Receita Federal foi o DIPJ do ano de 2006, referente ao ano calendário de 2005, e o portal do Simples Nacional disponibiliza dados estatísticos a partir de 2007. Solicitei a Receita Federal, via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC), o acesso aos DIPJ dos anos posteriores a 2006, mas segundo resposta obtida pela Receita Federal, houve uma descontinuidade na disponibilização destes demonstrativos em virtude do encerramento do contrato com a empresa que fornecia o software utilizado para análise dos dados, resposta em apêndice.

Os dados referentes ao número de ME e EPP e o número de empregos foram extraídos do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa do ano de 2013, disponível no site do SEBRAE.

Os dados referentes ao número de MEI foram extraídos do Portal do Empreendedor, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Os dados referentes ao número de novas empresas foram extraídos do site do Departamento de Registro Empresarial e Integração, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa. O número de novas empresas é formado pelo número de abertura de empresas menos o número de extinções de empresas. Neste número não são considerados os MEI.

4 RESULTADO

4.1 Arrecadação

A Tabela 1 apresenta a arrecadação anual, o crescimento anual da arrecadação e o crescimento acumulado da arrecadação do Simples, dos outros regimes tributários e do total, no período de 2002 a 2012. Observa-se que o crescimento acumulado da arrecadação do Simples foi superior ao crescimento dos outros regimes tributários e do total.

Tabela 1 - Evolução da arrecadação tributária pelo Simples, por outros regimes e total [R\$ bilhões 2013]

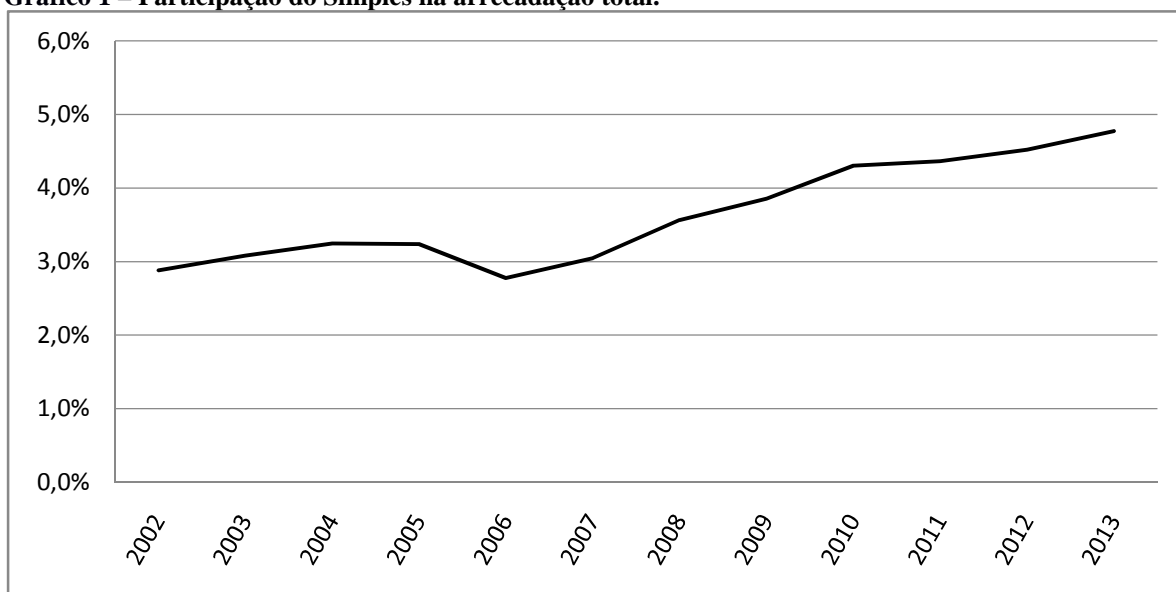
Ano	Simples		Outros Regimes Tributários		Total	
	Arrecadação	Crescimento anual	Arrecadação	Crescimento anual	Arrecadação	Crescimento anual
2002	15,5	-	523,8	-	539,3	-
2003	15,2	-2,0%	478,8	-8,6%	494,0	-8,4%
2004	17,3	13,7%	515,6	7,7%	532,9	7,9%
2005	18,4	6,3%	549,3	6,5%	567,7	6,5%
2006	21,4	16,4%	749,4	36,4%	770,9	35,8%
2007	26,0	21,5%	827,4	10,4%	853,4	10,7%
2008	32,0	23,2%	867,0	4,8%	899,0	5,4%
2009	34,7	8,3%	864,8	-0,3%	899,5	0,0%
2010	43,4	25,1%	965,0	11,6%	1.008,4	12,1%
2011	47,6	9,6%	1.042,8	8,1%	1.090,4	8,1%
2012	49,3	3,7%	1.042,5	0,0%	1.091,9	0,1%
2013	54,3	10,1%	1.084,0	4,0%	1.138,3	4,3%
Crescimento acumulado 2002 a 2013	249,7%		107,0%		111,1%	

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria da Receita Federal (Minist. da Fazenda).

Destaca-se que o Simples apresentou uma redução da arrecadação somente em 2003 e que os outros regimes tributários obtiveram uma redução da arrecadação em 2003 e 2009, e em 2012 não obtiveram crescimento. Em 2003 a redução da arrecadação do Simples foi de 2,0% enquanto a redução da arrecadação dos outros regimes tributários foi de 8,6%.

A Receita Federal justifica a redução da arrecadação de 2009 a crise econômica internacional. “A crise econômica internacional foi o fator que isoladamente mais influenciou o fluxo da arrecadação tributária em 2009.” (Receita Federal, 2009). Destaca-se que a arrecadação do Simples nesse período de instabilidade econômica obteve um crescimento de 8,3%, pode representar uma não afetação da crise na arrecadação do Simples, mas em comparação com o crescimento arrecadação de 21,5% e 23,2%, respectivamente em 2007 e 2008, um crescimento de 8,3% é considerado abaixo do esperado.

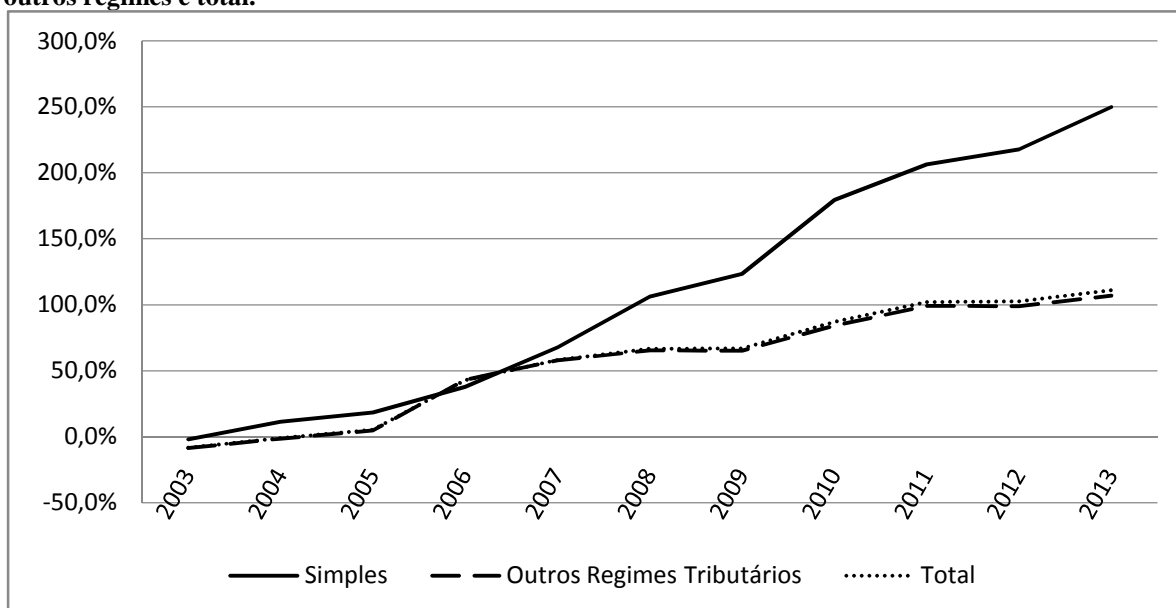
Gráfico 1 – Participação do Simples na arrecadação total.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria da Receita Federal (Minist. da Fazenda).

A participação do Simples na arrecadação total, conforme Gráfico 1, oscilou pouco de 2002 a 2006, chegou a 3,2 % nos anos de 2004 e 2005, mas caiu para 2,8% em 2006. A partir de 2007, ano em que o Simples Nacional entrou em vigor, a participação do Simples Nacional na arrecadação total só cresceu, passando de 3,0% em 2007 para 4,8% em 2013, apresentando um crescimento de 60% na participação. Este crescimento na participação pode ser mais bem compreendido quando observado o Gráfico 2, que mostra a taxa de crescimento acumulado da arrecadação do Simples, dos outros regimes e do total, no período de 2002 a 2013.

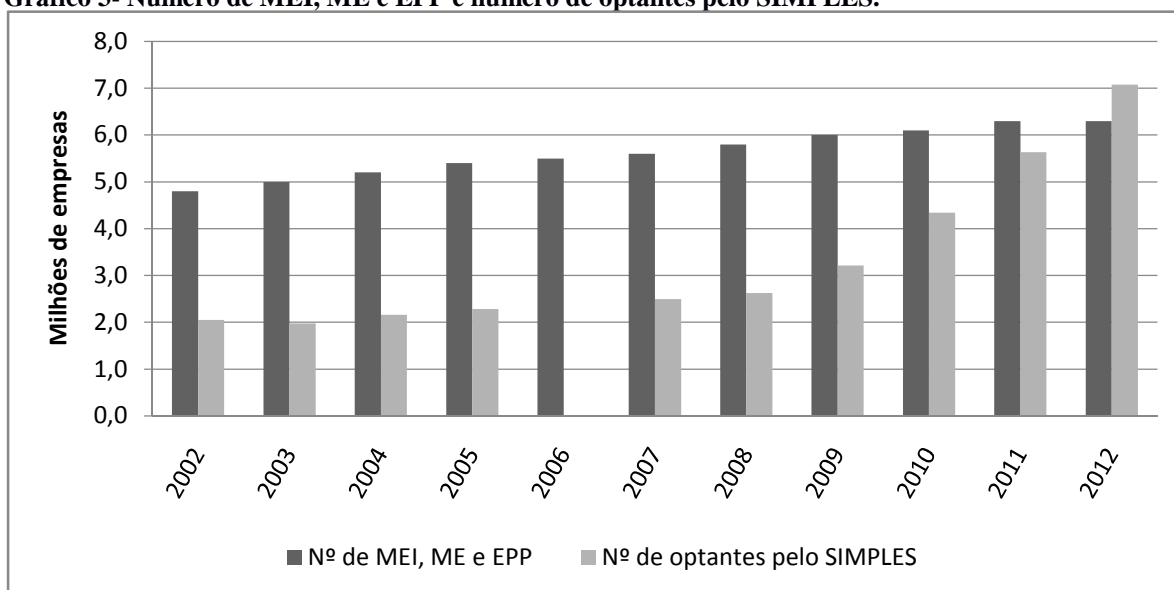
Gráfico 2 – Taxa de crescimento acumulado a partir de 2002 da arrecadação tributária pelo Simples, por outros regimes e total.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria da Receita Federal (Minist. da Fazenda).

Nota-se que no período de 2003 a 2006 o Simples apresentou um crescimento acumulado similar aos outros regimes tributários. E que a partir de 2007 o crescimento acumulado do Simples começou a se destacar dos demais, apresentando uma taxa de crescimento superior aos outros regimes tributários.

Este crescimento significativo do Simples ocorreu após a reformulação do sistema de tributação. Uma das possíveis justificativas a este crescimento seria uma mudança de alíquota nesta reformulação do Simples, mas conforme mencionado no referencial teórico, a alíquota máxima do Simples era de 12,6%, fora os possíveis acréscimos, e após a reformulação a alíquota máxima do Simples Nacional é de 11,61% para o comércio, 12,11% para a indústria e 17,42% para a locação de bens móveis e de prestação de serviços. Com exceção da locação de bens móveis e de prestação de serviços, houve uma redução da alíquota máxima do Simples Nacional. Logo a mudança das alíquotas não pode ser considerada como o fator determinante deste crescimento significativo da arrecadação do Simples. O fator que, possivelmente, explica esse crescimento é o número de empresas optantes pelo Simples, demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3- Número de MEI, ME e EPP e número de optantes pelo SIMPLES.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria da Receita Federal (Minist. da Fazenda).e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE

O número de empresas optantes pelo Simples em 2002 foi de 2.047.994, e em 2005 foi de 2.282.132, apresentando um crescimento de 11% no número de empresas optantes. Após a reformulação do Simples, em 2006, o número de empresas optantes pelo Simples começou a crescer significativamente passando de 2.496.254 empresas, em 2007, para 7.074.520, em 2012, apresentando um crescimento de 183% no número de empresas optantes, no período de 2007 a 2012.

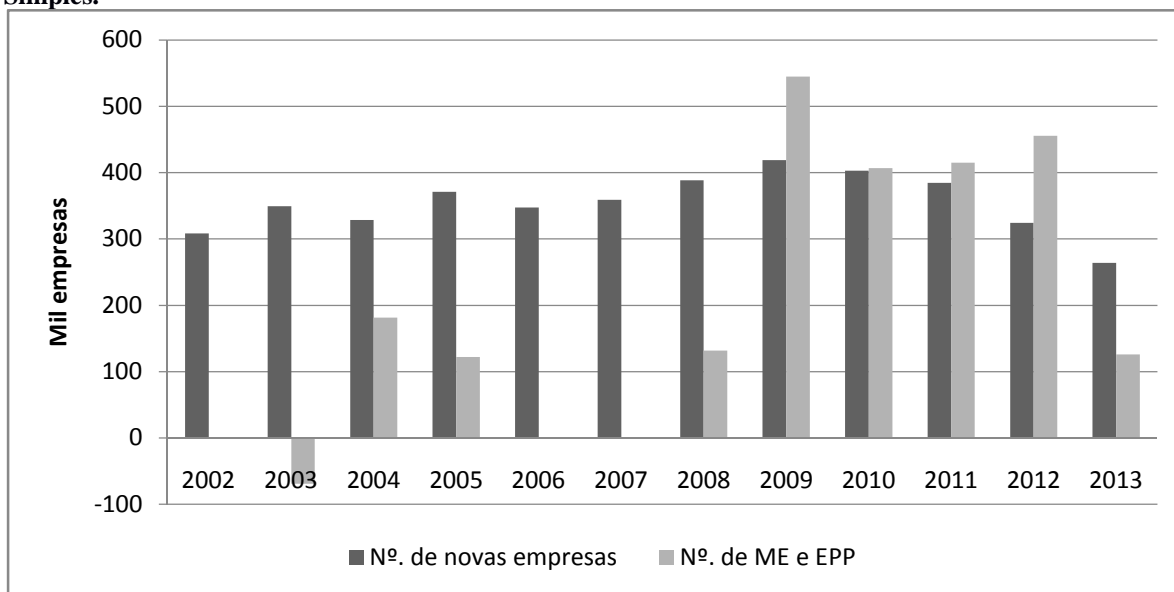
De 2002 a 2005 menos da metade das ME e EPP eram optantes, isso significa que mais da metade das ME e EPP não sabiam do Simples ou não achavam interessante ingressar nele. A partir de 2007 a porcentagem de empresas optantes pelo Simples aumentou significativamente, passando de 45%, em 2007, para 89%, em 2011.

Em 2012 o número de empresas optantes pelo Simples foi superior ao número de MEI, ME e EPP divulgados pelo SEBRAE, esse descompasso entre as informações deve ser por conta da metodologia utilizada pelo SEBRAE ou pelo momento que o número de MEI, ME e EPP foram contados, já que para formar o número de empresas optantes pelo Simples Nacional foi utilizado o número de empresas optantes no último dia de cada ano.

Conforme comentado na seção 3, metodologia, não foi possível verificar o número de empresas optantes pelo Simples no ano de 2006, pois o ultimo o DIPJ disponibilizado no site da Receita Federal foi o DIPJ do ano de 2006, referente ao ano calendário de 2005, e o portal do Simples Nacional disponibiliza dados estatísticos a partir de 2007.

Além da formalização de empresas, o crescimento do número de optantes pelo Simples é devido a uma migração de empresas de outros regimes tributários ao Simples. O gráfico 4 faz uma comparação entre o número líquido de novas empresas e o número líquido de novas ME e EPP optantes pelo Simples.

Gráfico 4 – Número líquido de novas empresas e número líquido de novas ME e EPP optantes pelo Simples.

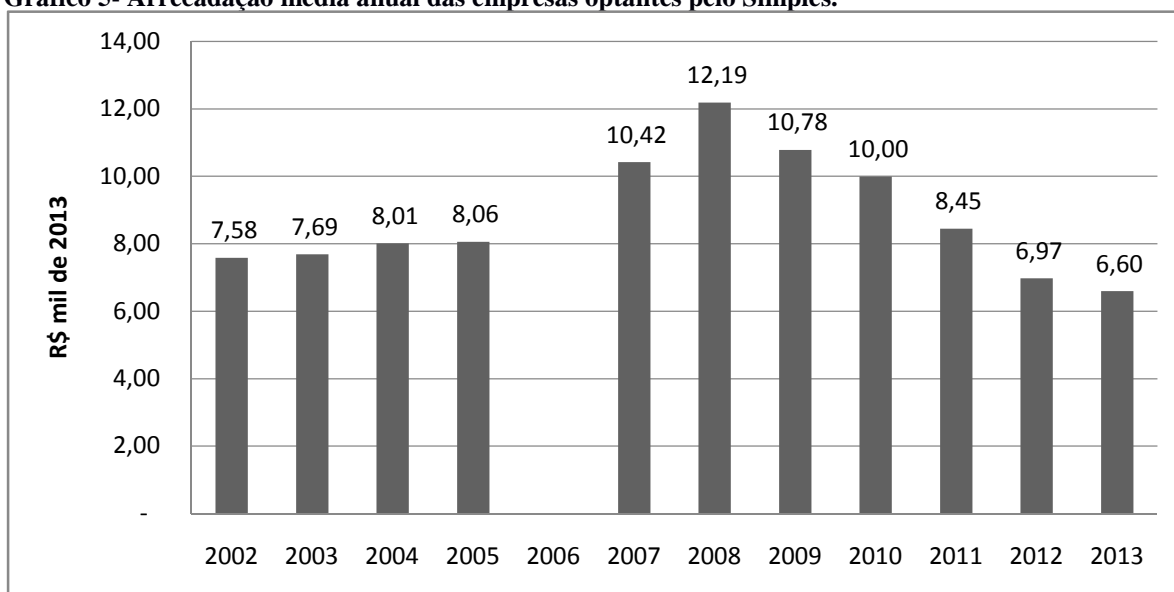


Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria da Receita Federal (Minist. da Fazenda).e Departamento de Registro Empresarial e Integração (Secretaria da Micro e Pequena Empresa)

Nos anos de 2002 a 2005 e no ano de 2008 o número líquidos de novas empresas foi superior ao número de novas ME e EPP optantes pelo Simples, assim, das empresas que ingressaram no mercado, boa parte ingressaram em outros regimes tributários. De 2009 a 2012, o número líquido de novas ME e EPP optantes pelo Simples Nacional foi superior ao número líquido de novas empresas. Logo, nesse período, não podemos inferir que todas as empresas que surgiram ingressaram no Simples Nacional, mas podemos inferir que empresas que estavam em outros regimes tributários migraram para o Simples Nacional.

A falta de colunas nos anos de 2006 e 2007, referente ao número de ME e EPP, é devida pela falta do número de empresas no ano de 2006. Já, no ano de 2002, a variação no número de empresas foi mesmo 0.

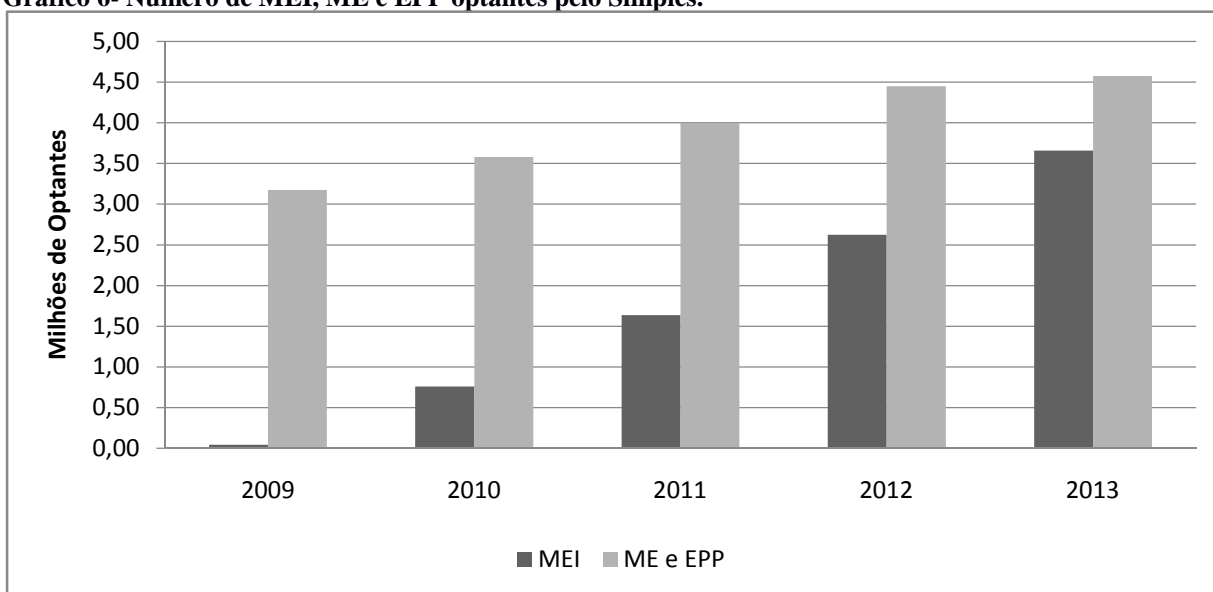
No Gráfico 5 pode-se observar o comportamento da arrecadação média anual das empresas optantes pelo Simples, no período de 2002 a 2012.

Gráfico 5- Arrecadação média anual das empresas optantes pelo Simples.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria da Receita Federal (Minist. da Fazenda).

A arrecadação média das empresas optantes pelo Simples em 2002 foi de R\$ 7.584,20 e em 2005 foi de R\$ 8.058,16, apresentando um crescimento de 6%. Nos anos de 2007 e 2008 a arrecadação média subiu, em 2007 a arrecadação média foi de R\$ 10.419,50, apresentando um crescimento de 29% em relação a 2005 e em 2008 a arrecadação média foi de R\$ 12.189,95, apresentando um crescimento de 17% em relação a 2007.

A partir de 2009 a arrecadação média das empresas optantes pelo Simples Nacional começou a cair, esta queda está associada ao ingresso significativo de empresas que contribuem abaixo da média da arrecadação. Conforme mencionado no referencial teórico, a partir de 2009, os MEI terão seus impostos recolhidos pelo Simples Nacional e estes apresentam uma contribuição diferente das ME e EPP, pois estes contribuem com um valor fixo mensal de acordo com a sua atividade, as empresas comerciais contribuem com um valor mensal de R\$ 46,65, as prestadoras de serviço contribuem com um valor mensal de R\$50,65 e as empresas que praticam o comércio e prestam serviços ao mesmo tempo contribuem com um valor mensal de R\$51,65. É visível que a contribuição dos MEI é bem menor que a contribuição das ME e EPP, justificando a redução da arrecadação média das empresas optantes pelo Simples Nacional. O Gráfico 6 traz o número de MEI e de ME e EPP optantes pelo Simples Nacional, no período de 2009 a 2013, que ajudará a compreender essas reduções da arrecadação média.

Gráfico 6- Número de MEI, ME e EPP optantes pelo Simples.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria da Receita Federal (Minist. da Fazenda) e do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

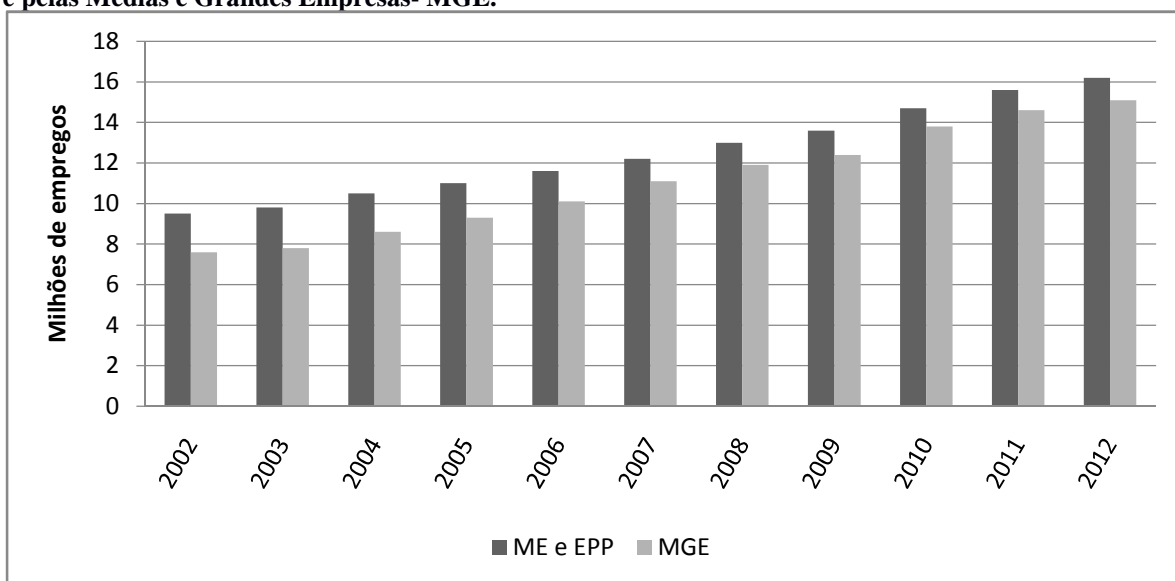
O número de MEI cresceu significativamente no decorrer dos anos, passando de 44.100 MEI, em 2009, para 3.659.781, em 2013, tendo um crescimento de 8.198,82% nesse período. Já o número de ME e EPP optantes pelo Simples Nacional não acompanhou esse crescimento, em 2009, o número de ME e EPP optantes pelo Simples Nacional era de 3.172.895, que passou para 4.576.694, em 2013, tendo um crescimento de 44,24% nesse período.

Após a análise do número de MEI, fica visível que o motivo da redução da arrecadação média do Simples Nacional, nos anos de 2009 a 2013, foi o ingresso significativo de MEI no Simples Nacional.

4.2 Emprego

O Gráfico 7 apresenta o número de empregos gerados pelas ME e EPP e pelas Médias e Grandes Empresas (MGE). Observa-se que em todos os anos as ME e EPP empregaram mais que as MGE.

Gráfico 7 – Número de empregos gerados pelas Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP e pelas Médias e Grandes Empresas- MGE.

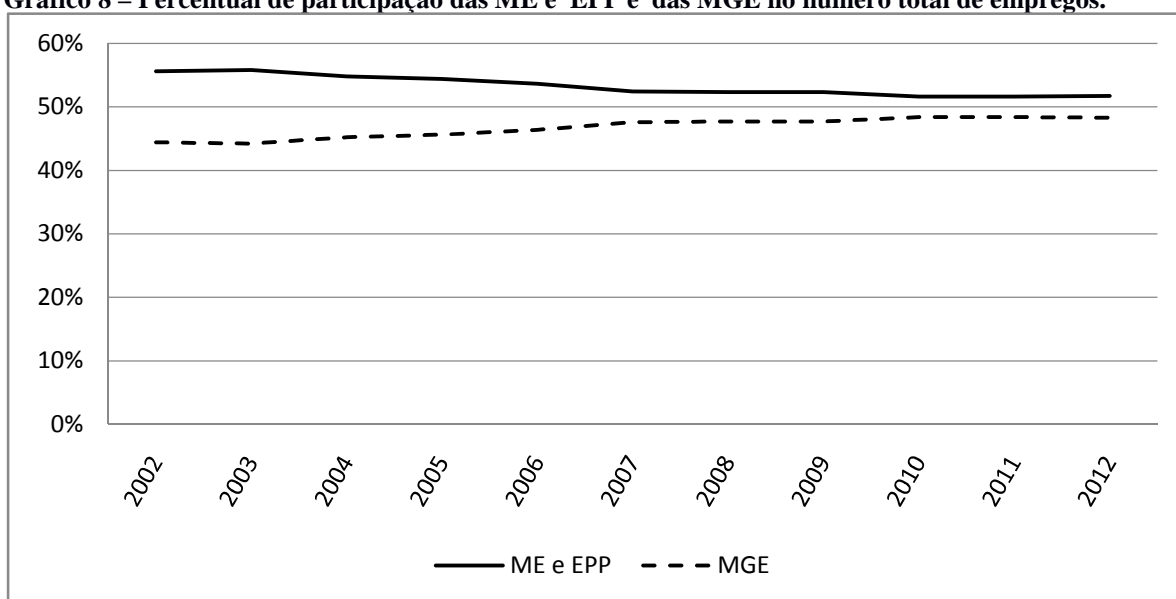


Fonte: Elaboração própria com base em dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE

Em 2002, as ME e EPP empregaram 9,5 milhões de pessoas, enquanto MGE empregaram 7,6 milhões de pessoas, tendo uma participação de 55,6 % no número de empregos do país. De 2002 a 2012 as ME e EPP geraram 6,7 milhões de empregos, passando de 9,5 para 16,2 milhões de empregos, tendo um crescimento de 71% no número de empregos. Nesse período as MGE geraram 7,5 milhões de empregos, passando de 7,6 para 15,1 milhões de empregos, tendo um crescimento de 98,86% no número de empregos.

As MGE obtiveram um crescimento no número de empregos superior as ME e EPP, conforme podemos verificar no Gráfico 8, este crescimento das MGE, no número de empregos, refletiu no percentual de participação das ME e EPP no total de empregos.

Gráfico 8 – Percentual de participação das ME e EPP e das MGE no número total de empregos.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE

Apesar das ME e EPP apresentarem em todos os anos uma participação superior as MGE, no número de empregos, e terem um crescimento de 71% no número de empregos, a participação das ME e EPP foi diminuindo no decorrer dos anos, passando de 55,6%, em 2002, para 51,7%, em 2013, perdendo 3,9% da participação no número de empregos para as MGE.

5. CONCLUSÃO

A arrecadação do Simples, a partir de 2003, cresceu em todos os anos. Mas a partir de 2007, ano em que Simples Nacional entrou em vigor, ela começou a crescer significativamente. De 2007 a 2013 a arrecadação do Simples Nacional cresceu 108%, enquanto a arrecadação dos outros regimes cresceu 31% no mesmo período, apresentando um crescimento 3,35 vezes maior que os outros regimes.

Esse aumento na arrecadação do Simples Nacional pode ser explicado pelo aumento do número de empresas optantes pelo Simples Nacional. Já que, a partir de 2007, o número de empresas optantes pelo Simples Nacional começou a crescer significativamente passando, de 2.496.254, empresas optantes, em 2007, para 7.074.520, em 2012, apresentando um crescimento de 183% no número de empresas optantes.

Após a reformulação do Simples a arrecadação e o número de optantes cresceram significativamente, demonstrando que a reformulação do Simples era realmente necessária. Talvez o Simples não alcançava todas as ME e EPP ou não atraía o interesse delas, logo não estava cumprindo seu papel, de reduzir a carga tributária e simplificar as obrigações das ME e EPP, já que estas achavam melhor continuar na informalidade ou continuar em seus regimes de tributação.

O Simples Nacional além de reduzir da carga tributaria e simplificar as obrigações dos MEI, das ME e das EPP, contribuiu significativamente para a formalização das empresas, principalmente dos MEI. Prova disto é que o número de MEI cresceu significativamente no decorrer dos anos, passando de 44.100 MEI, em 2009, para 3.659.781 MEI, em 2013, tendo um crescimento de 8.198,82% nesse período.

As ME e EPP e os MEI, mesmo com uma carga tributária menor, conseguiram dobrar sua arrecadação em menos de 7 anos, enquanto os outros regimes, que não sofreram essa redução na carga tributária aumentaram sua arrecadação em 31%, no mesmo período. Possivelmente, se não houvesse o Simples Nacional, as ME e EPP e os MEI estariam na informalidade, logo não contribuiriam com nada para a arrecadação.

As ME e EPP e os MEI nos anos de 2002 a 2012 foram responsáveis por mais de 50% dos empregos do país. Como um dos principais motivos da falência das empresas é a elevada carga tributária o Simples Nacional ajuda na sobrevivência dessas empresas, logo ajuda na manutenção de milhões de empregos.

As ME, EPP e os MEI são responsáveis por mais da metade dos empregos do país, isso representa uma grande contribuição destas empresas a sociedade e justifica uma política de redução da carga tributária, pois é essencial para o Estado a manutenção desses empregos. Além de uma participação importante nos empregos do país, estas empresas conseguiram dobrar a arrecadação do Simples Nacional, no período de 2007 a 2013, logo dobrando a sua contribuição para a manutenção do Estado. Houve ainda uma grande formalização de empresas, principalmente por parte dos MEI. Estes foram os benefícios oferecidos pelas ME e EPP e pelos MEI a sociedade, fazendo jus aos benefícios oferecidos pelo Simples Nacional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Frederico Lopes de. **Obrigações fiscais acessórias: Benefícios instituídos por meio do Simples Nacional para as empresas comerciais do Distrito Federal**. Prêmio Simples Nacional e Empreendedorismo, Brasília: 3ª EDIÇÃO. 2013. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/PremioTributacaoEmpreendedorismo.aspx>. Acesso em: 15/05/2014.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Manual de direito tributário**. 4. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2007.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23/04/2014.

_____. Lei Nº. 9.317 de 5 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19317.htm. Acesso em: 20/04/2014.

_____. Lei Nº. 9.841 de outubro de 1999. Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19841.htm. Acesso em: 27/04/2014.

_____. Lei Complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 20/04/2014.

_____. Lei Complementar Nº 128 de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 25/04/2014.

_____. MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Lista dos Relatórios Estatísticos do MEI**. Brasília: MDIC, 2014. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>. Acesso em: 25/05/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Análises da Arrecadação das Receitas Federais Dezembro/2013**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2013. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>. Acesso em: 20/03/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Análises da Arrecadação das Receitas Federais Dezembro/2012**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2012. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>. Acesso em: 20/03/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Análises da Arrecadação das Receitas Federais Dezembro/2011**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2011. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>. Acesso em: 20/03/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Análises da Arrecadação das Receitas Federais Dezembro/2010**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2010. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>. Acesso em: 20/03/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Análises da Arrecadação das Receitas Federais Dezembro/2009**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2009. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>. Acesso em: 20/03/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Análises da Arrecadação das Receitas Federais Dezembro/2008**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2008. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>. Acesso em: 20/03/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Análises da Arrecadação das Receitas Federais Dezembro/2007**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2007. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>. Acesso em: 20/03/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Análises da Arrecadação das Receitas Federais Dezembro/2006**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2006. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>. Acesso em: 20/03/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Análises da Arrecadação das Receitas Federais Dezembro/2005**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2005. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>. Acesso em: 20/03/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Análises da Arrecadação das Receitas Federais Dezembro/2004**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2004. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>. Acesso em: 20/03/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Análises da Arrecadação das Receitas Federais Dezembro/2003**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2003. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>. Acesso em: 20/03/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Análises da Arrecadação das Receitas Federais Dezembro/2002**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2002. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>. Acesso em: 20/03/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Base de dados Estatísticos do Simples Nacional**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2014. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/estatisticasSinac.asp/Default.aspx>. Acesso em: 05/06/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Consolida DIPJ 2006: Consolidação da Declaração do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas Ano-Calendário 2005**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2013. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/esttributarios/Estatisticas/default.htm>. Acesso em: 05/06/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Consolida DIPJ 2005: Consolidação da Declaração do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas Ano-Calendário 2004**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2013. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/esttributarios/Estatisticas/default.htm>. Acesso em: 05/06/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Consolida DIPJ 2004: Consolidação da Declaração do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas Ano-Calendário 2003**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2006. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/esttributarios/Estatisticas/default.htm>. Acesso em: 05/06/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Consolida DIPJ 2003: Consolidação da Declaração do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas Ano-Calendário 2002**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2004. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/esttributarios/Estatisticas/default.htm>. Acesso em: 05/06/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **Estatísticas do Simples Nacional**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2014. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/estatisticasSinac.asp/Default.aspx>. Acesso em: 25/05/2014.

_____. MF - Ministério da Fazenda. **O que é o Simples Nacional?**. Brasília: Receita Federal do Brasil/MF, 2014. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/SobreSimples.aspx> Acesso em: 25/04/2014.

_____. SMPE - Secretaria da Micro e Pequena Empresa. **Ranking das Juntas Comerciais segundo Movimento de Constituição, Alteração e Extinção de Empresas de 2013**. Brasília: Departamento de Registro Empresarial e Integração/SMPE, 2013. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/ranking-das-juntas-comerciais-constituicao-alteracao-e-extincao-de-empresas>. Acesso em: 20/05/2014.

_____. SMPE - Secretaria da Micro e Pequena Empresa. **Ranking das Juntas Comerciais segundo Movimento de Constituição, Alteração e Extinção de Empresas de 2012.**

Brasília: Departamento de Registro Empresarial e Integração/SMPE, 2012. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/ranking-das-juntas-comerciais-constituicao-alteracao-e-extincao-de-empresas>. Acesso em: 20/05/2014.

_____. SMPE - Secretaria da Micro e Pequena Empresa. **Ranking das Juntas Comerciais segundo Movimento de Constituição, Alteração e Extinção de Empresas de 2011.**

Brasília: Departamento de Registro Empresarial e Integração/SMPE, 2011. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/ranking-das-juntas-comerciais-constituicao-alteracao-e-extincao-de-empresas>. Acesso em: 20/05/2014.

_____. SMPE - Secretaria da Micro e Pequena Empresa. **Ranking das Juntas Comerciais segundo Movimento de Constituição, Alteração e Extinção de Empresas de 2010.**

Brasília: Departamento de Registro Empresarial e Integração/SMPE, 2010. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/ranking-das-juntas-comerciais-constituicao-alteracao-e-extincao-de-empresas>. Acesso em: 20/05/2014.

_____. SMPE - Secretaria da Micro e Pequena Empresa. **Ranking das Juntas Comerciais segundo Movimento de Constituição, Alteração e Extinção de Empresas de 2009.**

Brasília: Departamento de Registro Empresarial e Integração/SMPE, 2009. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/ranking-das-juntas-comerciais-constituicao-alteracao-e-extincao-de-empresas>. Acesso em: 20/05/2014.

_____. SMPE - Secretaria da Micro e Pequena Empresa. **Ranking das Juntas Comerciais segundo Movimento de Constituição, Alteração e Extinção de Empresas de 2008.**

Brasília: Departamento de Registro Empresarial e Integração/SMPE, 2008. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/ranking-das-juntas-comerciais-constituicao-alteracao-e-extincao-de-empresas>. Acesso em: 20/05/2014.

_____. SMPE - Secretaria da Micro e Pequena Empresa. **Ranking das Juntas Comerciais segundo Movimento de Constituição, Alteração e Extinção de Empresas de 2007.**

Brasília: Departamento de Registro Empresarial e Integração/SMPE, 2007. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/ranking-das-juntas-comerciais-constituicao-alteracao-e-extincao-de-empresas>. Acesso em: 20/05/2014.

_____. SMPE - Secretaria da Micro e Pequena Empresa. **Ranking das Juntas Comerciais segundo Movimento de Constituição, Alteração e Extinção de Empresas de 2006.**

Brasília: Departamento de Registro Empresarial e Integração/SMPE, 2006. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/ranking-das-juntas-comerciais-constituicao-alteracao-e-extincao-de-empresas>. Acesso em: 20/05/2014.

_____. SMPE - Secretaria da Micro e Pequena Empresa. **Ranking das Juntas Comerciais segundo Movimento de Constituição, Alteração e Extinção de Empresas de 2005.**

Brasília: Departamento de Registro Empresarial e Integração/SMPE, 2005. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/ranking-das-juntas-comerciais-constituicao-alteracao-e-extincao-de-empresas>. Acesso em: 20/05/2014.

_____. SMPE - Secretaria da Micro e Pequena Empresa. **Ranking das Juntas Comerciais segundo Movimento de Constituição, Alteração e Extinção de Empresas de 2004.** Brasília: Departamento de Registro Empresarial e Integração/SMPE, 2004. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/ranking-das-juntas-comerciais-constituicao-alteracao-e-extincao-de-empresas>. Acesso em: 20/05/2014.

_____. SMPE - Secretaria da Micro e Pequena Empresa. **Ranking das Juntas Comerciais segundo Movimento de Constituição, Alteração e Extinção de Empresas de 2003.** Brasília: Departamento de Registro Empresarial e Integração/SMPE, 2003. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/ranking-das-juntas-comerciais-constituicao-alteracao-e-extincao-de-empresas>. Acesso em: 20/05/2014.

_____. SMPE - Secretaria da Micro e Pequena Empresa. **Ranking das Juntas Comerciais segundo Movimento de Constituição, Alteração e Extinção de Empresas de 2002.** Brasília: Departamento de Registro Empresarial e Integração/SMPE, 2002. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/ranking-das-juntas-comerciais-constituicao-alteracao-e-extincao-de-empresas>. Acesso em: 20/05/2014.

BRAVO, Kalinka Conchita Ferreira da Silva. **Simples Nacional e prestação de serviços: um mapa da não desoneração nas grandes cidades brasileiras.** Prêmio Simples Nacional e Empreendedorismo, Brasília: 3ª EDIÇÃO. 2013. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/PremioTributacaoEmpreendedorismo.aspx>. Acesso em: 15/05/2014.

DUTRA, Mariana Brandão. **A exclusão de empresas do simples nacional.** Prêmio Simples Nacional e Empreendedorismo, Brasília: 3ª EDIÇÃO. 2013. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/PremioTributacaoEmpreendedorismo.aspx>. Acesso em: 15/05/2014.

GABRIEL, Paula Caroline. **Desoneração tributária regime de tributação mais vantajoso para abertura de uma empresa no ramo da comunicação digital: Simples Nacional ou Lucro Presumido.** Prêmio Simples Nacional e Empreendedorismo, Brasília: 1ª EDIÇÃO. 2011. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/PremioTributacaoEmpreendedorismo.aspx>. Acesso em: 15/05/2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática.** 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP – DI).** Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 27/03/2014.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário.** 30. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

MARCIEL, Marcelo Sobreiro. **Política de incentivos fiscais: Quem recebe isenção por setores e regiões do país.** Câmara dos Deputados. Brasília, 2010. Disponível em:

bd.camara.gov.br/bd/.../bdcamara/3587/politica_incentivos_sobreiro.pdf. Acesso em: 21/05/2014.

RETTIG, Luís Fernando. **Redução de obrigações acessórias no reembolso das empresas optantes pelo simples nacional**. Prêmio Simples Nacional e Empreendedorismo, Brasília: 2ª EDIÇÃO. 2012. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/PremioTributacaoEmpreendedorismo.aspx>. Acesso em: 15/05/2014.

SEBRAE- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2013**. 6. Ed. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/SEBRAE. - Brasília, DF, 2013. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em: 26/05/2014.

_____. **Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil**. Belo Horizonte: SEBRAE, 2004. Disponível em: www.sebraemg.com.br. Acesso em: 25/05/2014.